

XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação ó **ENANCIB 2014****GT 5 ó Política e Economia da Informação****ESCOLA POLITÉCNICA DA UFBA E A ASSESSORIA DE SEGURANÇA E
INFORMAÇÃO*****POLYTECHNIC SCHOOL OF FEDERAL UNIVERSITY OF BAHIA AND THE
SAFETY AND INFORMATION CONSULTANCY***

Louise Anunciação Fonseca de Oliveira ó UFBA

Anne Alves da Silveira ó UFBA

Jussara Borges ó UFBA

Modalidade da apresentação: Pôster

Resumo: O intuito deste *paper* é o de apresentar a contribuição de uma intervenção arquivística junto às atas da Congregação e ofícios da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia para levantar informações sobre a repercussão da implantação da Assessoria Especial de Segurança e Informação na UFBA, durante o Golpe Militar de 1964, nessa unidade de ensino e subsidiar a atuação da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade. Esta Assessoria, criada no âmbito da Universidade Federal da Bahia, em 19 de novembro de 1972, e vinculada ao Sistema Nacional de Informação, tinha como objetivo levantar informações sobre discentes, docentes e funcionários da Universidade durante o período da ditadura militar. Por sua vez, a Comissão Milton Santos de Memória e Verdade, criada no âmbito da Universidade Federal da Bahia em 2013, tem como objetivo recolher os documentos e os depoimentos necessários para contar o que se passou no período da ditadura militar na UFBA, em termos de violações dos direitos humanos e das liberdades individuais. No presente estudo, o foco é a descrição arquivística e a respectiva informação gerada a partir desta para propiciar o acesso à informação. O estudo, de caráter exploratório e descritivo, analisa os dados obtidos numa abordagem sócio-histórica, a fim de possibilitar sua inter-relação com o contexto social no qual estavam inseridos. Como resultado desta pesquisa, as ações dos atores envolvidos foram reconstituídas na busca de uma compreensão dos fatos ocorridos e da atuação da Escola Politécnica durante o período de atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informação na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Acesso à informação. Assessoria de Segurança e Informação. Escola Politécnica. Universidade Federal da Bahia.

Abstract: The purpose of this paper is to present the contribution of an archival intervention in the proceedings of the Congregation and crafts of the Polytechnic School of the Federal University of Bahia to gather information on the impact of the implementation of the Special Adviser on Information Security into UFBA during the Military Period in this teaching unit and subsidize the operation of the Commission Milton Santos of Memory and Truth. This Advisory was created within the Federal University of Bahia in November 19, 1972 and affiliated to the National Information System, aimed to gather information about students,

faculty and staff of the University during the period of military dictatorship. In turn, the Commission Milton Santos of Memory and Truth, established under the Federal University of Bahia in 2013, aims to collect the necessary documents and testimonials to tell what happened during the military dictatorship in UFBA in terms of violations of human rights and individual freedoms. In the present study, the focus is archival description and its information generated from this to provide access to information. The study, exploratory and descriptive analyzes data obtained from a socio-historical approach, to enable its interrelation with the social context in which they were entered. As a result of this research, the actions of the actors involved were reconstructed in the search for an understanding of the events that occurred and the performance of the Polytechnic School during the period of operation of the Special Adviser on Information Security into Federal University of Bahia (UFBA).

Keywords: Civil-military dictatorship. Access to information. Information and Security Advice. Polytechnic School. Federal University of Bahia.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de sua história, a Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (EPUFBA) acumulou um acervo documental que delinea uma trajetória de crescimento, transformações e consolidação da Escola e, portanto, de considerável relevância para a sociedade baiana em geral, bem como para a comunidade acadêmica, científica e profissional.

No que tange à análise documental, o trabalho de resgate da sua memória tem contemplado documentos como atas de congregação, ofícios, relatórios e dossiês. Esta comunicação, em particular, visa relatar o trabalho de análise das atas da Congregação da Escola Politécnica e dos ofícios recebidos pela Diretoria desta Unidade durante o período de atuação do Departamento de Polícia Federal e da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) na UFBA, de 1970 a 1974. O objetivo principal é dar uma contribuição significativa no acesso à informação até então guardada, mas inacessível, porque não tratada e descrita.

Em termos empíricos, a proposta é descrever as técnicas e instrumentos criados e adotados, bem como e principalmente, os produtos gerados em termos de subsídios para a Escola Politécnica, bem como para a Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA.

2 UNIVERSIDADE DA BAHIA E DITADURA CIVIL-MILITAR: CRIAÇÃO DA ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO

Fundada em 1946, a Universidade da Bahia incorporou, ao longo da gestão do Reitor Edgard Santos, novas escolas dentre as quais estão a Escola Politécnica. Em 1965, a Universidade da Bahia foi federalizada, passando a ser chamada Universidade Federal da Bahia. Apesar da federalização na Universidade da Bahia ter ocorrido em plena ditadura, essa política não é fruto dos projetos ditatoriais: tal política pensada no final do século XIX, só foi

iniciada na década de 1950, com o intuito de elevar a educação de ensino superior brasileira ao padrão equivalente às universidades europeias. Ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, diversas universidades no Brasil foram federalizadas. Era vastamente difundido que a federalização das universidades auxiliaria a manutenção da produção científica e tecnológica (VASCONCELOS, 2007).

Dessa forma, foi possível ao Estado intervir direta ou indiretamente nas universidades como instituições públicas federais, durante a ditadura civil-militar, quando foram realizadas mudanças nos regimentos internos das universidades públicas brasileiras. As universidades não perderam totalmente a autonomia, mas essa foi drasticamente reduzida ao longo da ditadura e se torna mais visível no final da década de 1960 e início de 1970, devido à criação das assessorias de segurança e informação, que auxiliaram na vigilância exercida pelo Estado dentro das universidades (MOTTA, 2014, p. 193):

[...] entre 1971 e 1972, as universidades públicas ó e não somente as federais, haja vista a existência de órgãos congêneres em algumas universidades estaduais ó criaram suas ASI ou AESI, e, com isso, o sistema de informações do regime militar passou a contar com subsidiárias no interior dos campi universitários. A criação desses órgãos deve ser compreendida no contexto de escalada repressiva a partir de 1968 e da edição do AI-5, processo intensificado com o aumento das ações da esquerda armada. O sistema de informações identificava, na comunidade universitária, e com razão, um dos focos mais importantes de luta contra o regime militar. Parcela expressiva dos militantes das organizações revolucionárias clandestinas era recrutada nas universidades, bem como atuava nos meios acadêmicos a maioria dos intelectuais responsáveis por municiar de argumentos os críticos do regime militar (MOTTA, 2008, p. 44 e 45).

Importante pontuar que as AESI foram criadas para fazer parte da Divisão de Segurança e Informações (DIS), como sessão do Conselho de Segurança Nacional¹ (CSN), remodelada no governo de Costa e Silva. Com a ascensão de um novo presidente, a DIS, na década de 1970, sofreu algumas mudanças desvincilando-se da CSN e passando a fazer parte do Serviço Nacional de Informação (SNI), criado ainda nos primeiros momentos da ditadura, com o objetivo de obter informações úteis que pudessem conter as ações dos ditos inimigos do Estado. Dessa forma, o SNI funciona como agência de inteligência, e não como serviço de repressão ou segurança. Como agiam dentro das unidades de educação, a DIS mantinha parceria com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) (MOTTA, 2014).

Hoje o acesso às informações geradas e recebidas pelas Assessorias de Segurança e Informações torna-se vital para a consagração da transparência administrativa, uma vez que

¹ Criada no período do governo de Vargas em 1930, teve sua remodelação, por via da confiança que o presidente possuía no general Jaime Portela de Melo, que estava à frente da sua organização (MOTTA, 2014, p. 194).

permite o reconhecimento do direito à informação e a reparação das repressões sofridas por docentes, alunos e funcionários durante o período da ditadura civil-militar.

No Brasil, a Comissão Nacional da Verdade foi instalada oficialmente em 2012, pela Lei n.º 12.528 (BRASIL, 2011). Desde então, estão sendo criadas diversas comissões para auxiliarem na investigação dos eventos ocorridos durante a ditadura civil-militar. Com esse intuito, a Universidade Federal da Bahia criou a Comissão Milton Santos de Memória e Verdade, como o objetivo de localizar e analisar os documentos desta instituição no período ditatorial, ouvir ex-alunos, funcionários e ex-funcionários, professores e ex-professores, que sofreram algum dano ou envolvimento, quando possuíam vínculo com a Universidade durante a ditadura civil-militar, para levantar o que se passou em termos de violações dos direitos humanos e das liberdades individuais.

Dessa forma, a criação da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade se deu por meio da Resolução nº 10/2013, aprovada pelo Conselho Universitário da UFBA (BRASIL, 2013).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta sessão aborda os procedimentos e métodos utilizados para a análise documental realizada nas Atas da Congregação da Escola Politécnica da UFBA, com vistas a fornecer subsídios à Comissão Milton Santos de Memória e Verdade. O período analisado pela Comissão abrange desde o Golpe Militar de 1964 até a promulgação da Constituição Brasileira de 1988. Neste trabalho, a análise concentra-se nas atas e ofícios produzidos entre 1970 e 1974, período que compreende a instalação e atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informação na UFBA, e os ofícios do Departamento de Polícia Federal, de 1967 a 1974.

A Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, por sua vez, foi fundada em 12 de julho de 1896 como Instituto Politécnico da Bahia. A então Escola Politécnica da Bahia foi inaugurada em 14 de março de 1897 e, em 08 de abril de 1946, incorporada à Universidade da Bahia (COSTA, 2003).

Para delinear a trajetória da Escola Politécnica e verificar as ações de seus docentes, funcionários e alunos em relação à ordem vigente, realizou-se uma ampla pesquisa documental no acervo do Arquivo Histórico da Escola Politécnica. Optou-se por analisar inicialmente as tipologias documentais "Ofícios oriundos da AESI/UFBA e Departamento de Polícia Federal para a Diretoria da Escola Politécnica" e "Atas da Congregação", por possibilitar um resgate dos assuntos discutidos de 1970 a 1974.

A metodologia do trabalho foi composta por três etapas: a etapa 1 contemplou a identificação e descrição das atas da Congregação existentes no Arquivo Histórico da Escola Politécnica para processá-las tecnicamente. Na etapa 2 realizou-se a higienização mecânica das referidas atas. Por fim, na etapa 3 foi realizada a análise de conteúdo das atas da Congregação, com base nos seguintes descritores: número da ata; data da reunião; pauta; página ou folha; breve descrição e destaques; assuntos e observações. O acervo documental pode ser caracterizado como textual, quanto ao gênero, e encontra-se datilografado, em suporte papel e em formato de livro encadernado. Após a descrição documental, todo o material foi digitalizado a fim de facilitar a análise interpretativa e histórica e a sua posterior disponibilização à Comissão Milton Santos de Memória e Verdade. Na apreciação dos dados coletados, utilizou-se como técnica a abordagem sócio-histórica, a fim de possibilitar sua inter-relação com o contexto social no qual estavam inseridos.

4 INFORMAÇÕES EMPÍRICAS

A ditadura civil militar implantada em 1964 deixou diversas feridas no seio da sociedade brasileira, marcada por imposições previstas pelos atos institucionais (AI). No período em que esteve vigente cerceou a liberdade, torturou, matou e perseguiu. Apesar de ser perceptível o aumento de tais ações no pós AI-5², é importante lembrar que a repressão ocorreu em todos os anos em que a ditadura manteve-se no Brasil (FICO, 2008).

O ano de 1968 foi emblemático para a história mundial, marcado por grandes movimentações estudantis, sindicais, culturais, além das ações da luta armada. Nas atas da Congregação da Escola Politécnica é possível perceber tais movimentações estudantis, a exemplo da sessão do dia 08 de abril de 1968, na qual o representante acadêmico do período retrata seu desagrado com a morte do estudante Edson Luiz de Lima Santos, na Guanabara, durante uma manifestação. Outro evento exposto no dia 23 de setembro de 1968, pelo mesmo representante acadêmico à Congregação, foi o ferimento de um estudante da Escola, durante um movimento dos estudantes em Salvador.

As manifestações dos estudantes baianos nesse momento foram impulsionadas pela proposta de redução de verbas destinadas à educação, reduções essas que vinham sendo feitas há muito tempo: percebemos que, desde 1965, havia queixas em relação ao orçamento (BRITO, 2009, p. 95). A continuidade desses cortes causa grande indignação aos estudantes,

² Ato instituído no dia 13 de dezembro de 1968 que vigorou até dezembro de 1978.

levando-os às ruas. Tal indignação não se restringe aos estudantes. Alguns professores manifestam seu desagrado em uma moção:

A congregação da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia tendo em vista o prejuízo para o ensino, ergue o seu protesto contra o carácter discriminatório do Decreto nº 62.316, que determina contenção de despesas, flagrantemente injusto para com o setor de educação (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1968)

Como resposta às manifestações sociais é decretado o AI-5. Nesse contexto de grande repressão, as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI) são implantadas nas universidades do país, tornando-se órgãos responsáveis pela vigilância. Apesar da criação da AESI nas universidades ter ocorrido na década de 1970, havia órgãos que coletavam dados sobre alunos, funcionários e professores muito antes, como o Departamento de Polícia Federal. Não foi encontrada nas Atas da Congregação da Escola Politécnica qualquer informação de tais organizações atuantes ó tanto do Departamento de Polícia quanto das AESI ó possivelmente devido ao seu carácter sigiloso, empregado pela criação do Decreto nº 60.417, de 11 de março de 1967 (BRASIL, 1967), que salvaguardava os documentos vistos pelo Estado como sigilosos.

As AESI atuavam em todos os níveis dentro das universidades, sendo responsáveis por proibições de matrículas, expulsões, exonerações e perseguições. Analisando ofícios trocados entre os órgãos investigativos e a direção da Escola Politécnica é perceptível que, desde o período de forte atuação do Departamento de Polícia Federal, havia pedidos de qualificação de alunos. Entretanto, os anos de 1973 a 1974, período em que a AESI já se encontrava instalada na Universidade, há um aumento significativo desses pedidos tanto sobre alunos, quanto de professores e funcionários. Contudo, os pedidos de qualificação dos alunos encontram-se em maior número.

Analisando as atas da Congregação, observa-se que a Escola assume diversas posturas ao longo do período ditatorial que só podem ser compreendidas no contexto em que se inserem. No início, as principais manifestações são de apoio ao regime, acreditando-se que ele levaria à ordem democrática. Quando as perseguições e prisões passam a atingir a comunidade universitária, a Escola assume uma postura de solidariedade aos seus membros e busca protegê-los, muitas vezes intervindo diretamente junto aos órgãos militares. Alguns membros da Congregação chegam a registrar em ata sua postura contestadora ao regime ou à ação do mesmo. Entretanto, com o acirramento da perseguição e controle da informação via AESI, o próprio registro em ata passa a representar um perigo à segurança e liberdade pessoal

dos membros da Congregação. Assim, percebe-se um silenciamento de registros e manifestações ou a busca de mediação e conciliação.

O ponto chave da análise das atas da Congregação do período da AESI demonstra que a Escola Politécnica assumiu uma postura menos contestadora, em comparação às reuniões ocorridas antes do AI-5. Para compreender mais esse período em questão, é necessário analisar outros documentos, como as portarias, decretos e os pedidos ocorridos direto da AESI para as unidades acadêmicas. Assim, compreendemos que o silêncio ocorrido nas sessões da Congregação da Escola Politécnica tem um contexto histórico importante, pois denota que o caráter conciliativo é um instrumento de proteção da instituição em relação à ampla vigilância interna ocorrida neste período.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do processo histórico ditatorial pelo qual passou o Brasil e a Universidade Federal da Bahia por mais de duas décadas, a criação da Comissão da Verdade surge como meio para apresentar à sociedade o papel, o envolvimento e a repercussão na UFBA durante um período que, embora taxado como revolucionário, colaborou com inúmeras violações à vida e à liberdade do sujeito.

Apesar de a UFBA ter sido palco de intensos debates, manifestações e desenlaces provocados pelo regime militar, há ainda pouca documentação selecionada, organizada e descrita a respeito. A documentação está dispersa em órgãos, unidades e setores administrativos. Neste paper trabalhou-se com uma pequena amostra, representada pelas atas de Congregação e os ofícios recebidos pela diretoria da Escola Politécnica durante o período da AESI/UFBA. Com a aplicação dos métodos arquivísticos, foi possível vislumbrar a riqueza de informações que a documentação comporta. Recomenda-se, portanto, o prosseguimento do trabalho, com infraestrutura e profissionais qualificados para que se expanda o rol de documentação analisada e, com isso, o amplo conhecimento sobre o período ditatorial na UFBA.

A análise propiciada pela documentação analisada no âmbito deste trabalho revela uma Congregação silenciosa e conciliadora no período da AESI. A ausência de registro de discussões políticas não significa a retirada de cena dos atores ou o esfriamento das tensões. Pelo contrário, os atos institucionais que pretendiam calar, só fizeram a resistência crescer. Tanto que as atas são fartas em registros de um movimento estudantil atuante e militante. A própria ausência de registros e informações pode ter sido uma forma de proteger alunos,

professores e funcionários que, sob risco de cassação de matrícula, perda de emprego, prisão, tortura e morte, lutaram pelo retorno da democracia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm>. Acesso em: 01 mai. 2014.

BRASIL. Decreto nº 60.417, de 11 de março de 1967. Aprova o Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 mar. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D60417impressao.htm>. Acesso em: 11 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia. Resolução nº10/2013, de 25 de outubro de 2013. Cria a Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da Universidade Federal da Bahia e dispõe sobre o seu funcionamento. Salvador, 2013. Disponível em: <<https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2010.2013.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas Brito. Salvador em 1968: um breve repertório de lutas estudantis universitárias. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 89-115.

COSTA, Caiuby Alves da. **105 anos da Escola Politécnica da UFBA**. Salvador: P&A, 2003.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MOTTA, Rodrigues Patto Sá. **As Universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Incômoda Memória: os arquivos das ASI universitárias. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p.43-66, jul./dez. 2008. Semestral. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/85>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Escola Politécnica. Ata da reunião da Congregação realizada no dia 08 de abril de 1968.

VASCONCELOS, Isamara Martins. **Federalização do Ensino Superior no Brasil**. 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) ó Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2525/1/2007_IsamaraMartinsVasconcelos.pdf>.
Acesso em: 21 abr. 2011.